



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: AAE-METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS

Processo Licitatório: 5724/2021

Referente à:

PREGÃO Nº 004/2022

DATA DA ABERTURA: 16 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASES (OXIGÊNIO LIQUIDO CAMINHÃO TANQUE, AR COMPRIMIDO, OXIGÊNIO GASOSO, OXIDO NITROSO E OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO PORTÁTIL DE 1 M³), PARA SER UTILIZADO NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA TEREZINHA EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade *PREGÃO do tipo menor preço Global, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 01/02/2022 e no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 02/02/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **AAE-METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via e-mail em 11 de fevereiro de 2022 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 01361/2021.

DO PEDIDO

Alega a empresa:

1. **QUANTO AO OBJETO** - Consta no item 1.1 do Edital, a descrição do objeto a ser contratado pela Administração a saber: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASES (OXIGÊNIO LIQUIDO CAMINHÃO TANQUE, AR COMPRIMIDO, OXIGÊNIO GASOSO, OXIDO NITROSO E OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO PORTÁTIL DE 1 M³), PARA SER UTILIZADO NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA TEREZINHA EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Imperioso esclarecer inicialmente que o que pretende a Administração, é a aquisição de gases medicinais, e, que o fim precípuo da Licitação, é o oxigênio Medicinal e Ar Comprimido para uso em pacientes, no seu estado final gasoso (...).
2. **QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS DE AFE** - Todos grandes centros de saúde mundiais como OMS, FDA, ANVISA entre outros aceitam e atestam que o oxigênio 93% produzido por

usinas tem o mesmo desempenho terapêutico que o oxigênio líquido 99%. Essas usinas, desenvolvidas pela Força Aérea Americana nos anos 1950 para uso em caças de combate, são utilizadas no mundo inteiro sem restrição desde os anos 1960, exceto no Brasil e alguns países do terceiro mundo. Paradoxalmente essa restrição de uso é exclusiva em alguns setores governamentais, onde alguns órgãos, sabe-se lá por qual motivo, insiste em tolher a concorrência plena na aquisição de oxigênio medicinal e Ar Comprimido para os Hospitais Públicos que administram, entregando sem concorrência esse setor às multinacionais do ramo (...).

Informa quanto a AFE: A RDC 70 que trata da notificação dos gases medicinais.

Informa também que as Usinas Concentradoras de Oxigênio e Centrais de Ar Comprimido são aceitas em todo o mundo sem restrições e a ANVISA não regula este fornecimento com emissão de AFE, bem como de quaisquer outros certificados ou licenças, em razão do baixíssimo risco que oferecem e por tratar-se de equipamentos de apoio à Infraestrutura.

E continua a explicação sobre o assunto, informando da previsão na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 79.094/77, que a legislação sanitária separa os produtos, além de informar a *RELAÇÃO DE PRODUTOS NÃO CONSIDERADOS PRODUTOS PARA SAÚDE*. Informa que a Lei Federal nº 6.437/77 não se aplica ao caso em tela, porque a legislação aplicável para fornecimento de gases no local, conforme RDC 70 da ANVISA é a contida nas: RDC 50 ANVISA, NBR 13.587 e NBR 12.188 ABNT (...).

3 - OXIGÊNIO LÍQUIDO EM TANQUE CRIOGÊNICO e O₂ E AR COMPRIMIDO EM CILINDROS - O Edital aponta em seu Termo de Referência, a aquisição de Oxigênio (líquido), acondicionados em instalação de Tanque Criogênico, bem como os referidos gases e o Ar Comprimido em cilindros, evidenciando assim a aquisição dos bens, tanto para a produção de Oxigênio medicinal, quanto para Ar Comprimido Medicinal. Acreditamos que esta nobre comissão já possua conhecimento das diferentes formas de fornecimento de gases medicinais. A mais econômica dentre todas é a produção do gás no local de consumo. Nos tópicos abaixo, explicaremos o fornecimento mais ECONÔMICO E EFICIENTE para esta Administração:

- GASES PRODUZIDOS NO LOCAL DE CONSUMO NÃO SOFREM COM DESABASTECIMENTO POR FATOS SUPERVENIENTES E IMPREVISÍVEIS COMO ENCHENTES E GREVES DE CAMINHONEIROS!
- GASES PRODUZIDOS NO LOCAL DE CONSUMO NÃO TÊM PERDAS EVAPORATIVAS (± 30%) QUE O OXIGÊNIO LÍQUIDO E OUTROS GASES LIQUEFEITOS TÊM!

A empresa continua narrando sobre o assunto, frisando que grandes empresas fornecedoras de gases medicinais, em sua forma líquida, vêm adquirindo o uso de usinas de oxigênio, como exemplo a Multinacional White Martins que tem realizado instalações do referido equipamento, em substituição aos tanques. Que o sistema PSA/VPSA fornecido através de Mini Usinas de Oxigênio pela impugnante oferece a opção da inclusão de um enchedor de cilindros, com total segurança, atendendo aos critérios estabelecidos pelas normas nacionais e internacionais. Que o Brasil vem acompanhado esta evolução da indústria de gases medicinais e muitos de seus órgãos públicos já adotam o sistema PSA/VPSA, por comprovarem a eficácia e economia deste sistema (...)

A empresa informa alguns dados: Temos cerca de 300 geradores de gases hospitalares de diversas capacidades locados em todas as regiões do País e dispomos ainda de "Postos Avançados de Manutenção" além do "SeparAr Cloud", nosso sistema de monitoramento e reparo de Usinas via web. Garantimos, em total conformidade com a ANVISA e ABNT, uma economia de até 65% nos seus custos em gases medicinais.

Assim, de acordo com a empresa, para que o certame atinja seu objetivo em obter proposta mais vantajosa: **MENOR PREÇO**, o edital deve ser alterado para que amplie as possibilidades de abastecimento, não restringindo a competitividade do certame ao preterir os demais sistemas centralizados para o suprimento do oxigênio. Para que não reste nenhuma dúvida à nobre comissão técnica quanto ao sistema de fornecimento do oxigênio por PSA, esclarecemos ainda que o processo de produção do oxigênio através do sistema **PSA/VSA é totalmente** físico sem adição de substância química, diferente da criogenia onde as reações químicas podem gerar subprodutos arriscando a saúde dos usuários.

4 - DA NECESSIDADE DA SEPARAÇÃO DO GRUPO ÚNICO POR ITENS - O presente certame que tem por objeto o **MENOR PREÇO GLOBAL**, aglutinando, diversos produtos e serviços, obrigando a licitante apresentar proposta para todos os itens. Não busca a eficiência e economicidade, quando restringe a competitividade para aquisição pretendida. Por ora, desejamos que este pregão amplie o número de licitantes e conseqüentemente de propostas, e para isso é que se faz necessário a separação dos itens (LOTE 1), para que cada empresa especializada em cada área possa concorrer em sua respectiva especialização. A inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação.

É o relato resumidamente.

DOS PEDIDOS:

Isto posto, é a presente **Solicitação de Impugnação com modificação do Edital** para requerer:

1. Que as exigências de AFE, sejam suprimidas do edital ou venham acompanhadas do termo *quando aplicável/cabível*; por não ser exigível para todas as formas de fornecimento previsto pela ANVISA, especificamente para usinas concentradoras de oxigênio e centrais de ar comprimido;
2. Que seja posto em conformidade com a RDC 50, permitindo qualquer dos tipos de fornecimento do oxigênio medicinal, conforme elencados na RDC 50/2002 da ANVISA;
3. Que o critério de julgamento seja por item, permitindo nessa modalidade a divisão dos objetos licitados, aumentando a participação das empresas fornecedoras dos produtos requeridos como as usinas de oxigênio e as centrais de ar comprimido;

Informando, que com isso, a Administração possibilitará uma competição em igualdade de condições entre todas as empresas que porventura venham almejar participar desse Pregão dentro do princípio da isonomia e na forma da Legislação aplicável. Requerendo, ainda, que o Pedido de Impugnação percorra as instâncias legais com as devidas fundamentações, para que se proceda a modificação do Edital por medida de legalidade.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a equipe técnica do Hospital Municipal Santa Therezinha para análise e pronunciamento.



A impugnação foi respondida pela Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha. Segue a resposta: "De acordo com o despacho anterior a Secretaria de Administração para trâmites. Em tempo: esta Diretoria Administrativa mantém o TR inicial". Resposta essa dada baseada no despacho do Sr. Farmacêutico, conforme segue: "Compareci a este Setor para analisar e informar que os gases medicinais com finalidade terapêutica são considerados medicamentos pela ANVISA. Portanto devem ser norteados pelas RDCs 69 e 70 da ANVISA e Resolução nº 470 do CFF. Não vislumbrando coerência no alegado pela empresa".

Cabe ressaltar que o processo foi enviado a Secretária Municipal de Saúde que mantém a decisão da Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha e após ao Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito que indefere o pedido com base na cota da Procuradoria Geral do Município.

Cabe ressaltar, ainda, que o parecer da Procuradoria Geral do Município é o seguinte; "O impugnante pretende, através da presente, alterar o objeto do edital licitatório, ajustando o mesmo de acordo com sua conveniência, o que não pode prosperar, ante o disposto no artigo 40, I, da Lei nº 8.666/93. No edital impugnado (Pregão nº 004/2022) existe a expressa descrição do objeto a ser licitado, o que materializa intenção da administração. Logo a impugnante deve se limitar a impugnar apenas irregularidades na aplicação das normas e condições do edital. Sendo assim, não há fundamentos legais que amparem o requerimento apresentado, razão pela qual opino pelo indeferimento".

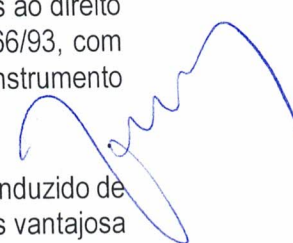
Após uma leitura criteriosa dos questionamentos levantados pela empresa essa Pregoeira agradece a esta empresa por fazer-nos conhecer de forma mais ampla às opções de fornecimento do insumo oxigênio medicinal definido em certame. Qualquer assunto que por ela não é dominado é sempre muito bem-vindo. "O sistema PSA/VPSA fornecido através de Mini Usinas de Oxigênio pela impugnante oferece a opção da inclusão de um enchedor de cilindros, com total segurança, atendendo aos critérios estabelecidos pelas normas nacionais e internacionais". A proposta por meio de implantação de usinas PSA/ VPSA pode apresentar uma excelente opção ao Poder Público, uma vez que a produção local poderia ensejar a diminuição de despesas principalmente com o componente transporte. Entretanto, não cabe a essa Pregoeira decidir sobre isso, de forma alguma.

Vale informar que o *IMPUGNANTE* protocolou nesta Prefeitura *outro processo com razões idênticas, o de nº 08580/2021, excluindo apenas em seus pedidos o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para a entrega/instalação dos objetos.* Este processo foi julgado improcedente, tendo como base os despachos da Diretora Geral do Hospital, Secretária Municipal de Saúde, Procuradoria Geral do Município e Sr. Prefeito.

Vale informar, ainda, que o licitante tem o direito de obter esclarecimentos satisfatórios. Mesmo porque, num regime democrático, a Administração tem o dever de esclarecer toda e qualquer dúvida dos particulares. Neste caso, entendo que todas as dúvidas foram esclarecidas naquele processo, já que a impugnação solicitada através do processo nº 08580/2021 fez com que o Pregão fosse adiado. Com o novo pedido de *IMPUGNAÇÃO* feito através do processo nº 1361/2022 com objeto idêntico ao que já havia sido respondido, para esta Pregoeira, fica demonstrado, salvo melhor juízo, que a presente impugnação, ao que nos parece tem mero intuito protelatório. Esta Pregoeira não foi omissa, simplesmente acatou a decisão da Ilustre Secretária de Saúde que é a Gestora do Fundo Municipal de Saúde e Exmo. Sr. Prefeito que indefere a solicitação.

Por fim, considerando que essa Pregoeira entende que os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa



para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, tendo como base o entendimento da equipe técnica através da Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha, decisão da Secretária Municipal de Saúde, parecer da Procuradoria Geral do Município e indeferimento do Exmo. Sr. Prefeito, indefiro o pedido feito pela empresa **AAE-METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, razão pela que o edital deverá ser mantido em sua integralidade e o Pregão nº 004/2022 inalterado, tendo sua data mantida dia 16/02/2022, as 10 horas. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 14 de fevereiro de 2022


FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira